

A DITADURA CIVIL MILITAR, AS REFORMAS NA EDUCAÇÃO E O MOBRRAL¹: ESTRATÉGIAS DE CONTROLE PARA O FORTALECIMENTO DA ORDEM CAPITALISTA²

Eloísa de Brito Machado³

Marcos Antônio de Oliveira Gomes⁴

Resumo: O presente artigo tem como objetivo aprofundar a análise dos vínculos existentes entre economia, estado e educação ao longo da ditadura militar brasileira (1964-1985). A pesquisa foi realizada através de estudos bibliográficos, realizados a partir da leitura de autores que escreveram sobre a época em questão e de documentos legislativos referentes à temática. O trabalho trata da forma como a educação foi utilizada como veículo de disseminação de valores para defesa dos propósitos da ditadura e do modo como foi intensamente afetada pela política econômica que visava os interesses do capital. O estudo de acontecimentos históricos proporciona reflexões sobre as heranças deixadas na atualidade.

Palavras-Chave: ditadura militar, educação, política.

Abstract: This article aims to deepen the analysis of the links between economy, state and education throughout the Brazilian military dictatorship (1964-1985) and legislative documents. It goes deeper into how education was used as a vehicle for the dissemination of values to defend the purposes of the dictatorship and was intensely affected by the economic policy aimed at the interests of capital. The study of historical events provides reflections on the inheritance left today.

Keywords: military dictatorship, education, politics.

¹ Movimento Brasileiro de Alfabetização.

² Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade de artigo apresentado como pré-requisito para a obtenção do título de Graduação Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá.

³ Acadêmica do 4º ano do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

⁴ Orientador do trabalho e professor do Departamento de Fundamentos da Educação (DFE) da UEM.

Introdução

Inúmeras instituições do Estado e da sociedade civil foram atingidas pelo golpe de 1964, que se fez em nome da “liberdade”, da luta contra a corrupção e contra o “comunismo” em nome da “família” e da “democracia”. Nem mesmo a educação escolar ficou imune ao aparato repressivo. O golpe civil militar implantou uma política econômica de interesse do grande capital, o que trouxe desdobramentos também para o campo educacional. Não se tratou simplesmente dos efeitos econômicos, tais como a redução dos investimentos no orçamento do MEC⁵, mas também da interrupção de propostas consideradas “subversivas” e da imposição de reformas que objetivavam reforçar a ordem burguesa.

Nesse sentido, o teor das políticas voltadas para a educação pode ser apresentado a partir de sua sintetização em vetores que serão aprofundados ao longo do artigo: a) formação de trabalhadores conforme as demandas do mercado em expansão; b) difusão dos valores que naturalizavam as desigualdades; c) repressão contra o que era considerado subversão da ordem. Diante do exposto, o presente trabalho objetiva aprofundar a análise dos vínculos entre economia, Estado e educação ao longo da ditadura.

Para atingir os objetivos propostos, o artigo propõe a realização de um estudo de caráter bibliográfico, o que implica a leitura e análise de autores que se debruçaram sobre a temática. Conforme os apontamentos de Gil, “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (2002, p. 44). A partir da pesquisa bibliográfica, é possível estabelecer contato com o que já foi produzido sobre o tema, bem como “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41).

Esse presente trabalho se encontra organizado em três sessões. São elas: as origens do golpe civil militar no Brasil, que trata dos acontecimentos que antecederam o golpe e, consequentemente, levaram até ele; a educação no período do regime militar brasileiro: as reformas e a adequação do indivíduo à lógica do capital; e, por último, os interesses políticos na criação do MOBREAL, que visava atender ao interesse político econômico do mercado.

⁵ Ministério da Educação.

As origens do Golpe Civil Militar no Brasil

O Golpe Civil Militar de 1964 não pode ser entendido como um fato que ocorreu de forma isolada na história do Brasil. A derrubada de Governo Goulart (1961-1964) pelas Forças Armadas, em 31 de março daquele ano, representou a união de forças contrárias à continuidade do projeto de reformas levadas adiante pelo governo.

Sem dúvida, o ambiente da Guerra Fria, que foi a expressão da divisão do mundo em dois blocos – EUA (capitalista) e URSS (socialista) – exerceu forte influência nas disputas internas no Brasil, que se encontrava mergulhado em uma profunda crise econômica e política. Apesar de o país ter experimentado um rápido crescimento econômico nos anos anteriores, com a entrada do capital estrangeiro e o avanço industrial, sem que isso significasse o rompimento com as relações de dominação, ampliou as desigualdades sociais e as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida.

Impulsionada pelo modelo de administração do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), a abertura ao capital estrangeiro implicou em uma maior dependência e no crescimento das desigualdades sociais e regionais em nosso país. O resultado foi evidente: o crescimento inflacionário e da dívida externa agudizou a crise econômica que explodiu nos anos 1960.

Jânio Quadros, em 1960, foi eleito presidente da República com 5,6 milhões de votos. Assumindo a presidência do Brasil em janeiro de 1961, tendo como vice-presidente João Goulart, eleito pela chapa concorrente, fez um governo marcado por uma série de medidas extravagantes e controversas. De caráter conservador no âmbito dos costumes e liberal para as questões econômicas, tomou medidas impopulares.

Em 25 de agosto, por meio de uma ação mal explicada, Jânio Quadros renunciou ao cargo de presidente, favorecendo o acirramento das disputas políticas e institucionais. O vice-presidente João Goulart, em visita à China, que deveria assumir a presidência em seu retorno ao Brasil, teve seu nome vetado pelos ministros militares, que consideravam inoportuna a sua posse por conta do passado vinculado às lutas trabalhistas do governo de Getúlio Vargas.

Representantes de setores civis (burguesia) e das Forças Armadas do Brasil acreditavam que a possível presidência de Goulart resultaria na ampliação dos espaços de acirramento das lutas dos trabalhadores, o que poderia significar a desestabilização política do Brasil. Tratava-se de um golpe contra um presidente legitimamente eleito. No entanto, a resistência ao Golpe, por meio de intensas manifestações lideradas pelo então

governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (cunhado do então presidente), garantiu a posse de Goulart.

O Governo Goulart foi caracterizado por uma forte crise política, econômica e social. O crescimento inflacionário, fruto das políticas de expansão da indústria sob o domínio dos interesses estrangeiros, aprofundava as precárias condições econômicas do país. Além disso, a trajetória do governo ao longo dos anos, que esteve à frente da presidência, também foi marcada pela desconfiança de diferentes setores dos grupos dominantes: empresários, latifundiários, banqueiros e grande imprensa.

As tentativas de superação da crise por meio de reformas que foram taxadas de “esquerdistas” contribuíram para o clima de conspiração do empresariado nacional associado aos interesses do capital internacional, principalmente aqueles vinculados aos Estados Unidos.

Não por acaso, antes mesmo que assumisse a presidência em setembro de 1961, os segmentos dominantes encontraram como saída para a crise a adoção do regime parlamentarista, que em última instância tratou-se de um golpe para reduzir as atribuições executivas da presidência da República.

Em 1962, com o objetivo de solucionar os problemas financeiros/ econômicos nos quais o Brasil se encontrava, o ministro do planejamento Celso Furtado elaborou o chamado Plano Trienal, que tinha o objetivo de controlar as taxas de inflação e promover o crescimento econômico. Porém, as estratégias reformistas de Goulart não foram suficientes. Grande parte da burguesia já se organizava com o propósito de impedir a agenda de reformas do governo.

A situação tornou-se mais acirrada com o retorno do regime presidencialista em janeiro de 1963. Foi evidente a participação dos Estados Unidos por meio de sua embaixada no Brasil, além de amplos segmentos do empresariado na escalada de conspiração contra Goulart.

Sem dúvida, o Governo Goulart não pode ser caracterizado por um viés socialista ou com o propósito de ruptura da ordem liberal burguesa. No entanto, a simples menção das propostas de reforma agrária era suficiente para se unificarem forças contra um governo que aos olhos da burguesia não seria capaz de garantir a ordem capitalista.

Por isso, por meio da mídia, Goulart era demonizado e execrado diariamente. O tema do combate à corrupção e as constantes denúncias de uma possível infiltração comunista em território nacional e nas fileiras do governo serviram de combustível para inflamar os segmentos mais conservadores. Concomitantemente, os Estados Unidos

vetaram qualquer financiamento para o Brasil, com o propósito de enfraquecer ainda mais o governo de João Goulart. Nesse sentido, não faltaram conspirações contra o Governo Goulart: empresários, oligarquias latifundiárias, a alta hierarquia da Igreja Católica, militares, além do capital norte americano contribuíram para o Golpe de 1964.

No dia 1º de abril de 1964, iniciava-se um novo ciclo na história do Brasil, marcado pelo retrocesso e obscurantismo. Em 2 de abril de 1964 o presidente da câmara de deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu a presidência do Brasil sem que o presidente tivesse deixado o território nacional. A ação golpista foi forte o suficiente para impedir a reação dos segmentos identificados ao governo deposto. Assim, não restaram alternativas a João Goulart, que teve de buscar refúgio no Uruguai.

O golpe militar foi justificado pela grande imprensa e pelos grupos que assumiram o poder como um meio de moralização do Brasil e de combate à corrupção e ao comunismo. Nesse sentido, “o regime lutava para construir um sistema de valores e ideias visando sedimentar na sociedade como um todo a crença de que o movimento de 1964 somente se legitimava porque ele expressava sob todos os aspectos os interesses do povo brasileiro” (REZENDE, 2013, p. 33). Por isso, foi comum a divulgação de uma mensagem de defesa da ordem e de manutenção da democracia, quando essa fora banida de fato das ações do Estado.

Na prática, o início dos governos militares foi marcado pela imposição de leis que buscavam impedir as ações políticas de qualquer grupo identificado como defensor do governo deposto ou como de oposição à nova ordem militarizada.

A título de exemplo, em 9 de abril de 1964, foi outorgado o Primeiro Ato Institucional (AI-1), que convocou eleições indiretas para a presidência da República. Como se percebe, tratava-se de retirar da cena política o direito de escolha dos eleitores de decidir os destinos do país.

Posteriormente ao AI-1, outras medidas de caráter arbitrária foram tomadas. Cassações de direitos políticos ou mandatos parlamentares, prisões sem ordem judicial, demissões sumárias de órgãos públicos, torturas e assassinatos foram uma constante na história da ditadura, que se fez em defesa dos interesses da burguesia.

Nesses termos, não poderia a educação ficar imune aos desígnios autoritários presentes no grupo. As mudanças nesse setor foram muitas: professores foram demitidos e perseguidos e até mortos por não compartilharem da mesma ideologia dos militares, a educação foi usada para concretizar os objetivos e os ideais militares.

A educação no período do Regime Militar Brasileiro: as reformas e a adequação do indivíduo à lógica do capital

O Golpe Civil Militar silenciou os debates do Congresso Nacional e, em outras instâncias, da sociedade sobre as políticas e as reformas sociais; reprimiu os movimentos sociais e, ao mesmo tempo, implantou uma política econômica de interesse do grande capital. Nesse sentido, a educação passou a ser vista como estratégica para a defesa dos propósitos presentes na ditadura.

Era importante para as lideranças milites e civis a preparação de mão de obra para o mercado em expansão e a difusão dos valores defendidos pelas classes dominantes. Não foi casual a aproximação dos governos militares com órgãos estrangeiros de financiamento de projetos políticos e sociais no Brasil. Dentre os mais notórios do período estiveram os acordos da *Agency for International Development*⁶ (AID), através dos acordos MEC/USAID. Entre os derivados desse acordo se destacam as leis nº 5.540/68 – que trata da reforma do ensino público universitário – e 5.692/71, referente à reforma de ensino do 1º e 2º graus.

A reforma do ensino superior de 1968, representou uma das estratégias do regime militar para atender às reivindicações do movimento estudantil, mas dentro de uma perspectiva conservadora. Tratava-se de modernizar a universidade e orientá-la para a formação de profissionais que atendessem aos requisitos do Estado e do mercado. Nesse sentido, não se pode esquecer que a reforma foi precedida pela extinção da União Nacional dos Estudantes, através do decreto 4.464/64, além do decreto 228/67, que limitou a existência de organizações estudantis. Não se tratava, portanto, de uma proposta de democratização do ensino superior, ainda que tenha sido ampliado o acesso a esse, bem como modernizadas as estruturas.

É importante acrescentar que para a realização da reforma o governo militar se pautou nas discussões realizadas no âmbito empresarial e no Relatório Meira Matos da Equipe de Assessoria do Ensino Superior (MARTINS, 2019 p. 20). Em linhas gerais, o documento aponta que “a educação superior deveria ter objetivos práticos e adaptar seus conteúdos às metas do desenvolvimento nacional”, ou seja, a deveria se moldar para atender às metas por eles impelidas.

Ainda sobre a Reforma Universitária de 1968, é importante salientar que mesmo sendo pautada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a Lei

⁶ Agência Internacional do Desenvolvimento.

5540/1968 não foi capaz de impedir a proliferação do ensino privado superior, o que aponta para os limites entre o que estava proclamado na Lei e o que de fato ocorreu no mundo real. Posteriormente a reforma universitária de 1968 foi promulgada à Lei nº 5.692/71, que reformou a LDB de 1961 e instituiu mudanças no ensino de 1º e 2º graus.

De acordo com o Estado militar, no momento de desenvolvimento econômico vivido pelo país. Era necessário formar profissionais capazes de atender à demanda do mercado dentro do ideal de democracia imposto pelo Estado, ou seja, dentro do exercício democrático controlado pelo governo, posto que emana dele, e proporcionado pela livre competitividade. Assim deveria ser a cidadania aprendida e praticada pelos brasileiros: centralizada no Estado e por ele vigiada (ABREU; FILHO, 2006, p. 128).

Em uma breve síntese, a Lei 5.692/71, além de instituir o ensino obrigatório de 1º Grau, instituiu o ensino profissionalizante compulsório de 2º grau. O objetivo da reforma era proporcionar a formação de técnicos para o mercado, por meio de um caráter de terminalidade, ou seja, através dos cursos técnicos, destinados fundamentalmente aos filhos da classe trabalhadora, além da redução da demanda e do acesso aos cursos superiores.

Dentro da mesma lógica de formação e adequação dos trabalhadores às demandas do mercado esteve o reestabelecimento da disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC), que reunia elementos do discurso religioso com a defesa de um ufanismo patriótico.

A EMC atuava, inclusive, na mente das crianças, inculcando valores tais como: obediência; passividade; ordem; fé; “liberdade com responsabilidade” e patriotismo. Estes valores faziam parte dos conteúdos presentes nos livros didáticos de EMC, o que leva a considerar a disciplina como parte da estratégia psicossocial elaborada pelo governo militar (NUNES, REZENDE, 2008, p. 2).

Nesse sentido, a Educação Moral Cívica pode ser compreendida como um elemento do pacote educacional dos governos militares. Não bastava apenas a repressão, era necessário difundir os valores do Regime. Assim, a introdução da disciplina foi regulamentada em 14 de janeiro 1971 por meio do decreto nº 68.065, que estabeleceu sua obrigatoriedade em todos os graus e modalidades do sistema de educação do país.

Para que se desse a formação de alunos e futuros trabalhadores identificados com os valores do Estado autoritário era importante que os professores também o fossem. A lógica privatista contribuiu para o esvaziamento dos conteúdos e a formação docente em cursos de curta duração.

O controle dos livros didáticos foi outro aspecto importante no processo de difusão da visão de mundo identificada com os propósitos do regime. Tratava-se de impedir o pensamento crítico dentro das escolas. Por isso, não é exagero afirmar que a educação foi um instrumento de defesa da ordem estabelecida.

Os interesses políticos na criação do MOBRAL

Como já afirmado anteriormente, a educação escolar foi fortemente afetada pelo regime implantado em 1964. Não poderia ser diferente com a Educação de Jovens e Adultos. Desde o princípio do regime autoritário, educadores e estudantes identificados real ou imaginariamente como defensores das propostas populares foram duramente perseguidos, presos, exilados e, alguns, torturados e assassinados.

Dessa forma, o governo militar, a serviço dos interesses das classes dominantes, promoveu a implantação de uma diretriz que apontava para dois objetivos fundamentais: 1) formação de mão de obra orientada para o modelo de desenvolvimento econômico consonante com o pretendido pelo regime, buscando promover a produtividade econômica; 2) difusão dos valores adequados às normas da ditadura. Em outras palavras, tratava-se de impor às crianças, jovens e adultos a ideologia burguesa e conformista.

Nesse sentido, a proposta de Paulo Freire não encontraria espaço no ambiente marcado pela repressão e pela ideia de obediência. O educador pernambucano destacava-se por meio da constituição de uma proposta pedagógica destinada ao atendimento da educação de jovens e adultos. A proposta de Freire postulava por uma educação libertadora a partir da compreensão da realidade em que o aluno se inseria para que pudesse intervir transformando a sociedade de forma consciente.

De forma sintética, é possível afirmar que o método de Paulo Freire se caracterizou pelo levantamento prévio dos conhecimentos dos alunos como forma de compreensão de suas experiências de vida. Esta etapa era fundamental para o uso de palavras do cotidiano do educando, para a problematização da realidade de vida de cada comunidade atendida.

No contexto de acirramento das contradições sociais, as propostas de Paulo Freire contribuíram para a esperança de muitos segmentos de real transformação da sociedade brasileira. Neste contexto, a educação era apresentada de forma diferenciada por aqueles que se comprometiam com os desejos de superação das injustiças sociais. Ressalte-se que o analfabetismo era apresentado por muitos como razão do atraso e da miséria, mas

passou a ser interpretado, no calor dos debates, do início dos anos 1960, como efeito das estruturas sociais injustas.

Os movimentos de educação e cultura, liderados pelo educador Paulo Freire – Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento de Cultura Popular de Recife (MCP) e Centro Popular de Cultura (CPC) –, foram extintos em função da possibilidade de questionamento que representavam, apesar dos índices alarmantes de analfabetismo. Em 1960, 40% da população era analfabeta, o que se traduzia em 18 milhões de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade. Porém, segundo as diretrizes do regime autoritário, não havia espaço para a educação popular e para o método Paulo Freire.

A simples possibilidade de os educandos questionarem, em algum momento, sobre as razões de suas condições de miséria levou os setores conservadores a classificarem Paulo Freire e seu método como subversivo ou nocivo aos interesses nacionais. Nesses termos, explica-se o surgimento do MOBRAL, que era apresentado como um movimento cujo propósito era erradicar o analfabetismo no Brasil, como era apresentado em seu documento básico (BRASIL, 1973). Regido pela lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o movimento era apresentado como o responsável por executar o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos. Assim, o Artigo 1º declarava: “Constituem atividades prioritárias permanentes, no Ministério da Educação e Cultura, a alfabetização funcional e, principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos” (BRASIL, 1967, Art. 1º).

Como previsto no Art. 3º da mesma Lei, seu financiamento se fez por meio de recursos da Loteria Esportiva Federal e de deduções no imposto de renda. Conforme decretado no Decreto-Lei 1.124, de 1970, assinado pelo então presidente da república, Emílio Garrastazu Médici, o custo médio de cada alfabetizando era de 32,70, um dos mais baixos do mundo.

O analfabetismo é visto como algo que deve ser erradicado porque é um dos grandes obstáculos do desenvolvimento do país. Assim sendo, o indivíduo deve ser alfabetizado para mais facilmente receber as informações e o treinamento que o permitam desempenhar o papel que lhe é reservado dentro do desenvolvimento (JANNUZZI, 1989, p. 54).

A despeito de a Lei 5.379/67 ter sido promulgada em 15 de dezembro de 1967, o MOBRAL principiou suas atividades somente em 1970. Nesses termos, somente a partir de 1979 desenvolveu ações com vistas a atender a demanda pela erradicação do

analfabetismo. Primeiramente, priorizando a zona urbana, e, posteriormente, a rural. Desse modo, buscou atender os diferentes municípios do Brasil, organizando uma verdadeira operação militar, que contou com grande apelo patriótico.

[...] é a população urbana que mais padece de carências educacionais, dada a complexidade da vida moderna e o sentido altamente competitivo da sociedade industrial; os adultos e adolescentes alfabetizados são elementos importantes na produtividade do sistema econômico (BRASIL, 1973, p. 13).

Como é possível perceber, segundo a lógica do Estado, na época, a erradicação do analfabetismo era apresentada como responsabilidade de toda a comunidade, inclusive da iniciativa privada, que deveria visar a educação como investimento. Isso porque, oferecendo uma alfabetização aliada à semiquificação, o indivíduo geraria melhor rendimento, melhor salário e, conseqüentemente, consumiria mais. Trata-se de uma lógica de retirada da responsabilidade do Estado e de seu repasse para a sociedade.

Os princípios educacionais presentes no MOBRAL representavam uma concepção de educação funcional. Para os governos da ditadura, a erradicação do analfabetismo era apresentada como um requisito para o crescimento econômico do país. Segundo Jannuzzi (1979, p. 54), “o analfabeto é visto como algo que deve ser erradicado porque é um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento do país”.

A responsabilidade de oferecer o MOBRAL para a população foi dos municípios, era sua tarefa executar diretamente o projeto, contratar alfabetizadores, improvisar o local em que as aulas seriam administradas e recrutar os analfabetos. O pagamento dos professores era realizado por meio das coordenações estaduais instaladas em todos os estados, que também deveriam, em conjunto com os municípios, enviar os materiais e operar a formação dos alfabetizadores para que atendessem o método de alfabetização empregado pelo movimento.

Para garantir o esforço do professor para manter o aluno frequentando o programa, o salário dos docentes se dava por aluno presente na sala de aula, o que significava a busca por evitar o abandono. Para atuação como alfabetizador no programa não era necessário qualquer qualificação, bastava saber ler e escrever para estar apto a assumir uma turma formada por adultos e adolescentes.

Por fim, o MOBRAL teve a duração de 15 anos, sendo extinto pelo presidente José Sarney em 25 de novembro de 1985. Ao longo de sua duração, entre 1970 a 1985, diplomou 15 milhões de alunos dos 40 milhões que passaram pelo movimento, o que

demonstra a diferença entre o que era proclamado e o que ocorreu na prática. O programa foi substituído pelo Projeto Educar.

Considerações finais

O modelo educacional desenvolvido no período não deve ser desvinculado dos interesses do Estado que atendia às demandas do capital. Assim, buscou-se eliminar o pensamento crítico da educação e promover a formação do indivíduo para a obediência e aceitação da ordem social.

Se o crescimento econômico promovido pelas políticas do Estado não beneficiou todos, não seria a educação que poderia fazê-lo. As reformas empreendidas em 1968 e 1971, apesar do caráter modernizador, apenas reforçaram a histórica dualidade existente.

Nem mesmo a promessa de erradicação do analfabetismo pelo MOBREAL se materializou. Milhões de brasileiros continuaram à margem do acesso à leitura e à escrita. Nesses termos, retomar a questão não significa simplesmente reviver uma experiência fracassada, mas fundamentalmente analisar como os projetos dominantes constituem-se em projetos de manutenção da sociedade de classes. Assim, o fracasso no processo de alfabetização pode ser interpretado como parte de um projeto de classe. Não há interesse em socializar entre as classes trabalhadoras.

Por fim, a compreensão do significado da ditadura é importante para a história e, mais especificamente, para história da educação em um momento em que segmentos da sociedade defendem o retorno de um período marcado pelo obscurantismo que negou o acesso ao conhecimento e uma vida plena de sentido a milhares de brasileiros oriundos das classes trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. **Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos.** Câmara dos Deputados, Brasília, 15 dez. 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL, Biblioteca da Presidência: **Ex – Presidentes.** Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CUNHA, L.; GOÉS, A. M. **O Golpe na Educação.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

COSTA, Lamartine P. da; ROCHA, Velleda P. da. **MOBRAL: sua origem e evolução.** Rio de Janeiro: Ed. Bloch S/A, 1973.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 8ª ed. São Paulo: Edusp, 2000

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JANNUZZI, Gilberta Martino. **Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL.** São Paulo: Cortez, 1979.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. **Documento Base de Implantação.** Guanabara, 1970.

NUNES, N.; REZENDE, M. J. **O Ensino da Educação Moral e Cívica durante a ditadura militar.** In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Londrina: Anais do III Simpósio, 2008, p. 1-11.

REZENDE, M. J. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984).** Londrina: UEL, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, J. C. e NASCIMENTO, M. I. M. (Org). **Fontes, História e Historiografia da Educação.** Campinas: Autores Associados, 2004. p. 3-12.

_____. **O legado educacional do regime militar.** Cad. Cedes, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 nov. 2019.